



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

Nº \_\_\_\_\_

## **XXXI Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas**

---

### **ATENÇÃO:**

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (**nem mesmo à Constituição Federal**), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 03 (três) horas;
- A divulgação do resultado será divulgada no site [www.pge.am.gov.br](http://www.pge.am.gov.br) e na página do Facebook da PGE-AM;

-----

**Nome:** \_\_\_\_\_

**C. Identidade:** \_\_\_\_\_

**N. Controle/PGE:** \_\_\_\_\_



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **1. Segundo preceitua o art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:**

- a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

### **2. Marque a alternativa que vai de encontro ao que dispõe a Constituição:**

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto periódico.
- b) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos

da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar.

d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria relativa dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

e) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta

### **3. Quanto à classificação, é INCORRETO afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:**

a) Promulgada, pois foi elaborada por um órgão constituinte composto por representantes do povo.

b) Dogmática, pois restou materializada em um único momento, agregando ao seu texto os valores políticos e ideológicos predominantes de dado momento histórico.

c) Rígida, uma vez que prevê um procedimento solene, mais dificultoso do que o previsto para alteração das leis ordinárias. Fundamenta-se no princípio da Supremacia Formal da Constituição.

d) Concisa, pois se limita a tratar de princípios gerais ou regras básicas de organização e funcionamento do sistema jurídico estatal.

e) Dirigente, porquanto possui, em seu texto, normas programáticas (de cunho eminentemente social),



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

dirigindo a atuação futura dos órgãos governamentais.

**4. A respeito dos Estados Federados, assinale a alternativa que está em consonância com a Constituição Federal:**

- a) Os Estados poderão, mediante lei delegada, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) Incluem-se entre os bens dos Estados as terras devolutas.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, cuja regulamentação se dará por medida provisória.
- d) As competências reservadas aos Estados são aquelas que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
- e) O número de Deputados das Assembleias Legislativas corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

**5. Sobre a Administração Pública, a Constituição Federal dispõe que:**

- a) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em

lei, destinam-se às atribuições de direção, chefia, assessoramento, bem como demais atividades que sirvam à atividade-fim.

- b) havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos técnicos.
- c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia.
- d) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, em qualquer condição, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**6. O Poder de Polícia caracteriza-se:**

- a) Por ser função de fomento;
- b) Por ser função de regulamentação;
- c) Por ser função limitadora de direitos em prol do interesse público;
- d) Por ser função de concessão;
- e) NDA

**7. Acerca das Cláusulas Exorbitantes, assinale a alternativa incorreta**

- a) Aplicam-se aos contratos administrativos;
- b) Aplicam-se integralmente aos contratos da Administração;
- c) São previsões legais que colocam a Administração pública em



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

- posição superior na relação contratual;  
d) Estão previstas, em regra, na Lei 8.666/93;  
e) NDA

**8. De acordo com a Constituição e ordenamento infralegal a contratação direta sem licitação**

- a) É vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro;  
b) Admite-se, apenas com base em juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública;  
c) Admite-se de forma excepcional, mediante as hipóteses de dispensa e inexigibilidade;  
d) Admite-se de forma vinculada às hipóteses previstas no ordenamento jurídico;  
e) NDA

**9. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado:**

- a) Aplica-se a máxima do *"the king do not wrong"* para justificar a irresponsabilidade do Estado no ordenamento jurídico pátrio;  
b) Os atos judiciais não são passíveis de causar danos a particulares;  
c) Aplica-se a teoria do risco administrativo, em regra;  
d) Só se admite responsabilidade civil do Estado na modalidade objetiva;  
e) NDA

**10. Acerca dos Empregados Públicos, assinale a alternativa correta:**

- a) São contratados livremente pelas Empresas Estatais;

- b) São regidos exclusivamente pela Consolidação das Leis Trabalhistas;  
c) Necessitam ser aprovados em concurso público para serem contratados pelas Empresas Estatais;  
d) São dispensados imotivadamente pela Administração Pública;  
e) NDA

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**11. Das cinco alternativas abaixo apenas quatro correspondem a normas fundamentais do processo civil, previstas expressamente do art. 1º ao art. 12 do CPC. Assinale a alternativa falsa:**

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei;  
b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;  
c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;  
d) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência;  
e) Em qualquer caso, sem exceção, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

**12. Sobre a competência, aponte a alternativa que está de acordo com o CPC:**

- a) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
- b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já tenha sido sentenciado;
- c) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais;
- d) Tanto a competência em razão do valor e do território (relativa) quanto a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função (absoluta) pode ser derogada por convenção das partes;
- e) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas jamais poderá ser declarada de ofício pelo Juiz.

**13. Sobre a contestação, indique a alternativa que está de acordo com o CPC:**

- a) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- b) O termo inicial do prazo do Estado para apresentar contestação iniciará sempre a contar do recebimento do mandado de citação, independentemente da designação de audiência de conciliação, da existência de outros réus ainda não citados ou de qualquer outra circunstância;
- c) O prazo em dias úteis, assim como o prazo em dobro para as "manifestações processuais" da Advocacia Pública, previstos no CPC, não se aplicam à contestação, mas apenas aos recursos;

- d) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor;
- e) O CPC não estabelece uma ordem para as alegações na contestação, podendo a parte expor inicialmente as questões de mérito, independentemente das outras matérias alegadas na contestação.

**14. Sobre a Advocacia Pública, indique a alternativa que está em desacordo com o CPC:**

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta, salvo nas hipóteses em que tais entidades e entes públicos optarem pela contratação de escritórios de advocacia, devidamente registrados na OAB, para desempenharem tais funções;
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro antes referida quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público;
- d) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico;
- e) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

**15. Sobre os recursos, assinale a alternativa que está em desacordo com o CPC:**

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- b) O prazo para interpor qualquer recurso e para responder-lhe é de 15 (quinze) dias;
- c) São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos

Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal;

d) A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, deverá conter os nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade e o pedido de nova decisão;

e) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e para corrigir erro material.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

**XXXI Seleção de Estagiários para a área de Direito da  
Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas**

**CARTÃO RESPOSTA**

**Marcar com X a resposta correspondente.**

| <b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>   |                 |   |   |   |   |
|---------------------------------|-----------------|---|---|---|---|
| <b>QUESTÃO</b>                  | <b>RESPOSTA</b> |   |   |   |   |
| <b>01</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>02</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>03</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>04</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>05</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>   |                 |   |   |   |   |
| <b>06</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>07</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>08</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>09</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>10</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b> |                 |   |   |   |   |
| <b>QUESTÃO</b>                  | <b>RESPOSTA</b> |   |   |   |   |
| <b>11</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>12</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>13</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>14</b>                       | A               | B | C | D | E |
| <b>15</b>                       | A               | B | C | D | E |



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

## **PROVA DISCURSIVA**

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

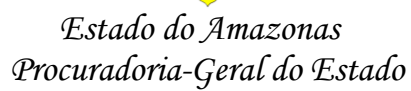
**1. Juvenilson, tenente da policial militar do Estado do Amazonas, no exercício de sua função, envolveu-se em uma briga de bar, desferindo tiros contra seu algoz, que acabou falecendo no local. O Estado foi acionado judicialmente pelos familiares de Juvenilson, sendo, ao final do processo, condenado a pagar indenização por danos morais em decorrência do ato ilícito praticado por seu agente.**

**No que tange o direito do Estado do Amazonas de ressarcir os danos causados por Juvenilson, o art. 37, §6º da Constituição Federal dispõe que "a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento".**

**Segundo o entendimento firmado pelo STF em repercussão geral sobre a questão em tela, é possível afirmar ser imprescritível a pretensão do Estado do Amazonas contra Juvenilson? Fundamente.**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**2. Conceitue e diferencie as figuras da discricionariedade e vinculação do ato administrativo e aponte e conceitue a(s) forma(s) de desfazimento do ato administrativo vinculado e do ato administrativo discricionário**

[illegible]

